



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2023**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS TRE-RO N. 06/2023**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO TRE-RO N. 0001856-68.2022.6.22.8000**

**PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) TRE-RO N. 03/2023**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG n. \*\*\*.893/SSP-RO e do CPF n. \*\*\*.106.849-\*\*, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, tendo como partícipe o órgão indicado neste instrumento, RESOLVE, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, REGISTRAR O(S) PREÇO(S) DO(S) PRODUTO(S) discriminado(s) nesta Ata de Registro de Preços (ARP), conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo (Termo de Referência - TR), da licitante **GRIFO QAP COMÉRCIO VAREJISTA DE ROUPAS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 27.495.602/0001-13, com sede na Quadra 2/3, Lote 9, LOJA 01, CEP: 73.340-342, em Planaltina – Brasília/DF, Telefone(s): (61) 99922-4827 / (61) 98154-3651 / (61) 99140-0868, e E-mail(s): [qapartigosmilitaresdf@gmail.com](mailto:qapartigosmilitaresdf@gmail.com), neste ato representada por **MARCELO ALBUQUERQUE DE SOUSA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n. \*\*\*7828/SSP-DF e do CPF n. \*\*\*.615.461-\*\*, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**, conforme segue:

Tabela 1: Dados do órgão Participante: Não houve participação de outro órgão para o(s) item(ns) desta ARP.

1. Diante das informações e fundamentos acima, ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Tabela 2: Itens, quantidades e valores registrados:

Item desta	Descrição sucinta do item	Unidade de	Quantidade TRE-RO	Valor unitário	Preço total do item
------------	---------------------------	------------	-------------------	----------------	---------------------

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ARP		medida		(R\$)	(R\$)
01	<b>Item 14 do Edital, Grupo 3.</b> Distintivo uso pessoal. Distintivo Funcional de Polícia Judicial com porta distintivo funcional.	Unidade	12	110,00	1.320,00
02	<b>Item 15 do Edital, Grupo 3.</b> Distintivo uso pessoal. Insígnia de Polícia Judicial de lapela.	Unidade	24	31,00	744,00
03	<b>Item 16 do Edital, Grupo 3.</b> Porta-documentos. Porta-documentos com Distintivo Funcional de Polícia Judicial.	Unidade	12	108,00	1.296,00
<b>Valor total desta ARP em R\$</b>					<b>3.360,00</b>

**Observação: Além do detalhamento acima, a empresa adjudicatária deverá atender as especificações técnicas dos materiais/objeto ora registrados, constantes no quadro item 4.6. e nos demais itens do Termo de Referência respectivo, anexo do edital de licitação referido.**

2. No respectivo Edital de Pregão Eletrônico e em seus anexos são apresentados os quantitativos estimados de aquisição do objeto desta ARP, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e a conveniência do TRE-RO e do órgão partícipe, se houver.
3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definida(s) na(s) correspondente(s) Nota(s) de Empenho.
4. O prazo máximo de entrega dos materiais é de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da(s) Nota(s) de Empenho.
5. Os materiais do TRE-RO devem ser entregues em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário de 11h às 18h, na Seção de Segurança Institucional (SSI) no Edifício Sede do TRE-RO, localizado na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, mediante agendamento por meio do(s) telefone(s): (69) 3211-2247 / 3211-2000, e e-mail(s): [ssi@tre-ro.jus.br](mailto:ssi@tre-ro.jus.br), bem como o material do órgão partícipe, se houver, deve ser entregue no endereço indicado na tabela 1 desta ARP.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6. A existência de preços registrados não obriga a Administração e o órgão partícipe a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

7. A presente ARP tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

8. As informações e solicitações referentes à presente ARP devem ser tratadas com a Unidade Gestora e Fiscalizadora deste objeto no TRE-RO, que é a Seção Segurança Institucional (SSI), conforme indicado no Termo de Referência respectivo, cujos dados para contato estão indicados no item 5. desta ARP.

9. Não houve adesão ao cadastro reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, maio de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador	<b>MARCELO ALBUQUERQUE DE SOUSA</b> Pela Adjudicatária Fornecedor
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: ***.849.102-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO ALBUQUERQUE DE SOUSA, Usuário Externo**, em 23/05/2023, às 07:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 23/05/2023, às 11:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 23/05/2023, às 13:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 23/05/2023, às 13:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1012885** e o código CRC **5D4691FC**.

0001856-68.2022.6.22.8000

PROCESSO:0001856-68.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional - SSI.

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Formação de Registro de Preços – Aquisição de trajes sociais, uniformes operacionais e de identificação para uso dos Agentes da Polícia Judicial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

**PARECER JURÍDICO Nº 102 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Segurança Institucional - SSI, com o objetivo de eventual **aquisição de trajes sociais, uniformes operacionais e de identificação visual**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades dos **Agentes da Polícia Judicial** deste TRE/RO conforme Resolução CNJ n. 379/2021 ([0851523](#)), conforme Solicitação de Contratação n. 5/2022 - SSI ([0851584](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0979528](#)), a minuta de edital de pregão eletrônico ([0981509](#)) foi objeto de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 32/2023 ([0983415](#)) para cumprimento da exigência contida no Parágrafo único do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

**03.** Assim, publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 3/2023 ([0984272](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 07/03/2023, consoante documentos comprobatórios de divulgação juntados no evento [0986386](#).

**04.** Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) pedido de esclarecimento elaborado pela empresa **Grifo QAP Comércio Varejista de Roupas e Artigos Esportivos LTDA**, sobre a obrigação da contratada retirar as medidas dos servidores para a confecção e ajustes dos uniformes, que segundo alega, tornaria inviável a participação de empresas não localizadas no Estado do certame porque oneraria a licitante pela necessidade de deslocar funcionário para coleta de medidas dos servidores. Solicito, a revisão da regra, considerando, ainda, a exigência de amostra de cada um dos itens licitados; devidamente respondido pelo Pregoeiro nos seguintes termos, conforme evento [0986488](#): as medidas serão exigidas na fase de execução do contrato, sendo essa ação bastante razoável em função das diferenças pessoais; quanto às amostras, essas não são relacionadas às medidas. O que se busca é a verificação do tipo, da qualidade e do acabamento dos materiais e sua conformidade com as especificações exigidas pelo edital.

b) relatórios de propostas do sistema COMPRASNET, para os 3 lotes do certame ([0989614](#));

c) documentos de propostas das licitantes, juntadas no volume III do processo;

d) as seguintes manifestações da unidade demandante:

i. que **não recebeu as amostras** das empresas PRORROUPAS CONFECÇÕES LTDA, C. OLIVEIRA PINTO JÚNIOR LTDA e METAL COURO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ([0999559](#));

ii. que as mostras das empresa PRORROUPAS CONFECÇÕES LTDA e METAL COURO INDUSTRIA E COMÉRCIO



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LTDA foram protocoladas, **intempestivamente**, neste Tribunal, nos dias 20/04/2023 e 25/04/2023 respectivamente ([1002758](#));

iii. que as amostras referente aos **Lotes II** – Uniforme operacional masculino (Kit individual) enviado pela empresa **AGS CONFECÇÕES LTDA** e **Lote III** – Material de identificação (Kit individual) enviado pela empresa **GRIFO QAP COMÉRCIO VAREJISTA DE ROUPAS**, deram entrada no protocolo deste Tribunal no dia 04/05/2023, sendo que ([1006020](#)):

\* Todos os itens do Lote II – Uniforme operacional masculino / AGS CONFECÇÕES LTDA - atendem integralmente ao Termo de Referência ([0984272](#));

\* Todos os itens do Lote III – Material de identificação / GRIFO QAP COMÉRCIO VAREJISTA DE ROUPAS - atendem integralmente ao Termo de Referência ([0984272](#)).

e) Documentos habilitatórios das licitantes:

1. AGS CONFECÇÕES LTDA, CNPJ 30.699.701/0001-21 ([1008317](#)), vencedora do Lote II;

2. GRIFO QAP COMERCIO VAREJISTA DE ROUPAS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 27.495.602/0001-13 ([1008319](#)), vencedora do Lote III.

f) Ata do Pregão Eletrônico ([1008321](#));

g) Resultado por fornecedor ([1008322](#));

h) Termo de adjudicação em relação ao Lotes II e III, o qual registra também o fracasso do Lote I, cancelado na fase de julgamento ([1008323](#));

i) Comprovantes de envio do resultado do certame para publicação ([1008324](#)).

**05.** Por fim, o Pregoeiro relata as principais ocorrências do certame no Relatório n. 26/2023 ([1008564](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([1008576](#)). **É o relatório.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA - PREGÃO ELETRÔNICO N. 3/2023**

### **2.1 Dos atos do certame**

**06.** Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19, dando-se as devidas divulgações dos avisos de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0986386](#)).

**07.** Nas publicações dos avisos constam a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/19.

**08.** Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:**  
Conforme consta do relato, houve 1 (um) pedidos de esclarecimento ao edital.

Verifica-se que a resposta do Pregoeiro elucidou de forma satisfatória a questão levantada, utilizando dados do próprio TR, a saber: medidas ( item 4.2 c/c 20.7) e amostras (item 12.1.1 c/c 12.1.7).

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** De acordo com o relatório do Pregoeiro, houve desclassificação da proposta da Empresa C. OLIVEIRA PINTO JÚNIOR LTDA, posto que cotou "**Gravata social manga comprida (cor cinza)**" ([1008321](#)) para o item 2 do grupo 1 que especificava "**Camisa social manga comprida**" ([0975584](#)).

Correta a desclassificação, de acordo com o item 5.2 do edital. Veja-se: 5.2. *A proposta deverá descrever, no espaço reservado pelo Sistema Eletrônico, a especificação do objeto ofertado, a qual deverá estar em conformidade com as especificações, termos e condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sob pena de possível desclassificação.*





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) **Lances:** Os melhores lances para o item estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0989614](#)) e todos os lances de cada item na ata do pregão ([1008321](#)). Não houve recusa de lances.

d) **Cancelados na aceitação: fracassados:** Todos os 5 itens do Lote 1.

e) **Aceitação/negociação:** Todas as ocorrências foram registradas no quadro constante no Relatório 26/2023, elaborado pelo Pregoeiro ([1008564](#)), complementado pelos demais documentos que constam do processo.

As justificativas ali registradas demonstram que o Pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação e recusa de propostas estabelecidas no instrumento convocatório, sempre ouvindo a unidade demandante acerca da apresentação de amostras e do detalhamento das especificações, estando todas as manifestações juntadas no processo e registradas na ata do certame.

De notar-se que a recusa das 3 propostas para os itens do Lote 1 se deu em função do preço proposto, superior ao estimado pela Administração, atraindo as causas de recusa previstas no item 8.13 do edital.

f) **Fase de Habilitação:** As licitantes citadas no relatório, **AGS CONFECÇÕES LTDA** e **GRIFO QAP COMÉRCIO VAREJISTA DE ROUPAS**, atenderam os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([1008317](#) e [1008319](#)), sendo habilitadas e declaradas vencedoras do certame pelo Pregoeiro.

g) **Do Recurso:** Não houve.

**09.** Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei n. 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

**10.** Cabe registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([1008321](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

11. Evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei n. 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto para produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **2.2 Do Lote Fracassado:**

12. Conforme já registrado neste parecer e no Termo de adjudicação ([1008323](#)), o **Lote 1**, composto por **5 itens**, foi **cancelado** na fase de aceitação, restando **FRACASSADO**.

13. **Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame.** Nesse caso específico a SSI deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas pela unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei n. 8.666/93**, que trata de licitações desertas e fracassadas.

14. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, o qual estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

15. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei n. 8.666/93 **abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “**formula proposta que não atende aos requisitos do ato convocatório, ou vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei n. 8.666/93” (sem grifo no original).

16. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em Direito Administrativo, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei n. 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

**17.** Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

**18.** Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

**19.** Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

**20.** Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU n. 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU n. 2219/2010-Plenário.**

### **III – CONCLUSÃO**

**21. Pelo exposto**, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**1008323**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02, nos moldes já especificados.

**22.** Em função do exposto nos tópicos 12 a 19 deste parecer, reafirmar a possibilidade jurídica de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos 5 itens do Lote 1 fracassado neste certame, com base no **art. 24, V, da Lei n. 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para a aquisição dos itens fracassados.

Como se trata de procedimento autorizado pela autoridade administrativa em 24/02/2023 (**0979528**), tem-se como certa a existência de autorização legal - pela redação **dos arts. 191 c/c 193, II, "a", da Lei n. 14.133/2021, na redação conferida pela Medida Provisória n. 1167/2023** - para que a Administração continue a utilizar o regime jurídico da Lei n. 8.666/93 e da Lei n. 10.520/2002 para o processamento da contratação, devendo, para tanto, na forma da referida regra legal, realizar a publicação do edital do certame até o dia 30/12/2023.

Nessa mesma esteira são também as conclusões do **Acórdão TCU n. 507/2023 – Plenário**, que estabeleceu que os processos licitatórios e os de contratação direta nos quais houve a **“opção por licitar ou contratar”** pelo regime antigo (Lei 8.666/1993, Lei 10.520/2002 e arts. 1º a 47-A da Lei 12.462/2011) até a data de 31/3/2023, poderão ter seus procedimentos continuados com fulcro na legislação pretérita, desde que a publicação do edital seja materializada até 31/12/2023.

**23.** A Administração deverá justificar a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. **Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto, ou na pesquisa de preços realizada.**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**24.** Contudo, entende esta unidade jurídica que se faz necessário destacar que a tão só repetição do certame com as condições originalmente previstas no TR, pode não ser a melhor opção para o atendimento da demanda buscada neste processo. Isso porque, está registrado na ata do pregão que o fracasso dos itens do lote 1 deveu-se à recusa de redução de preços pelas licitantes. Assim, a SSI poderá ponderar se, eventualmente, os preços estimados não estariam refletindo a realidade do mercado fornecedor dos objetos pretendidos para aquisição.

**25.** Verifica-se ainda que, após a homologação no sistema, **o processo deverá retornar à ASLIC para juntada dos documentos comprobatórios da publicação do certame.**

**26.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 11/05/2023, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1009042** e o código CRC **93161478**.

0001856-68.2022.6.22.8000

PROCESSO: 0001856-68.2022.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Segurança Institucional - SSI.

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 3/2023 - Sistema de Registro de Preços – Aquisição de trajes sociais, uniformes operacionais e de identificação para uso dos Agentes da Polícia Judicial do TRE/RO.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DESPACHO Nº 547 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Segurança Institucional - SSI, com o objetivo de eventual aquisição de **trajes sociais, uniformes operacionais e de identificação visual**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades dos **Agentes da Polícia Judicial** deste TRE/RO nos termos da Resolução CNJ n. 379/2021 ([0851523](#)), conforme Solicitação de Contratação n. 5/2022 - SSI ([0851584](#)).

Após a publicação do edital do certame, houve um pedido de esclarecimento elaborado pela empresa **Grifo QAP Comércio Varejista de Roupas e Artigos Esportivos LTDA**, sendo devidamente respondido pelo pregoeiro nos termos do evento n. [0986488](#). Não houve impugnação ao edital.

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: Relatório de propostas ([0989614](#)); Propostas das licitantes - PRORROUPAS CONFECÇÕES LTDA CNPJ: 00.556.225/0001-29 ([0989725](#)), C. OLIVEIRA PINTO JUNIOR LTDA, CNPJ: 35.335.996/0001-70 ([0989729](#)), METALCOURO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 01.186.098/0001-86 ([0989731](#)), AGS CONFECÇÕES LTDA CNPJ: 30.699.701/0001-21 ([0999861](#)) e GRIFO QAP COMERCIO VAREJISTA DE ROUPAS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA CNPJ: 27.495.602/0001-13 ([0999863](#)); documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas juntados aos eventos n. [1008317](#) e [1008319](#); Ata do certame ([1008321](#)), o Resultado por Fornecedor ([1008322](#)), o Termo de Adjudicação ([1008323](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([1009525](#)). Por fim, juntou o Relatório n. 26/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1008564](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Cumpridas as fases de julgamento e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as licitantes: AGS CONFECÇÕES LTDA, CNPJ 30.699.701/0001-21, grupo 2, valor R\$ 26.688,00; e GRIFO QAP COMÉRCIO VAREJISTA DE ROUPAS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA, CNPJ 27.495.602/0001-13, grupo 3, valor R\$ 3.360,00. O grupo 1 restou fracassado.

Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras ([1008323](#)).

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contornos do Termo de Adjudicação ([1008323](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos, ou ainda, se assim convier, a construção de um novo certame para a aquisição dos itens fracassados ([1009042](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 3/2023 ([1008321](#)).

Depois de analisar os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado ([1009042](#)), constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Verifica-se que, embora tenham restados fracassados os 5 itens do Lote 1, o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([1008321](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO nº 3/2023**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([1008323](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

À **SSI** para se manifestar acerca da contratação direta dos 5 itens do Lote 1, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/93, demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame ou realizar o cadastramento dos referidos itens no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

A demandante deverá investigar as causas pelas quais a disputa não logrou êxito, com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital, nas especificações do objeto e, principalmente, na pesquisa de preços realizada, considerando que foi registrado na própria ata do pregão que o fracasso dos itens do lote 1 se deu em razão da recusa de redução de preços pelas licitantes, de modo que os preços estimados podem não estar refletindo a realidade do mercado fornecedor dos objetos pretendidos para aquisição.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 17/05/2023, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1010799** e o código CRC **217CC31E**.